

MERKEL, Ian. *Termos de troca. Intelectuais brasileiros e as ciências sociais francesas*. São Paulo, Edusp, 2023. 384 pp.

Por Carlos Benedito Martins
Universidade de Brasília, Brasília, Brasil
<https://orcid.org/0000-0002-3154-5674>

Por Enio Passiani
Universidade Federal do Rio Grande do Sul,
Porto Alegre, Brasil
<https://orcid.org/0000-0001-9937-4413>

Troca em que termos? Circulação intelectual e a formação das ciências sociais no Brasil

Publicado em 2023 pela Edusp, com tradução de Anouch Kurkdjian, *Termos de troca*, do historiador norte-americano Ian Merkel, professor de Estudos Latino-Americanos na Universidade de Groningen, Holanda, nos apresenta, logo de largada, já na introdução do livro, uma tese ousada: se, de um lado, a

presença francesa no Brasil foi de fundamental importância na criação de nossas primeiras universidades e para o desenvolvimento das ciências sociais nacionais, por outro, as ciências sociais francesas foram profundamente marcadas pela história da Universidade de São Paulo (USP), em particular, e de outras instituições brasileiras de modo mais geral.

Se os termos de troca são desiguais, como reconhece o autor, mesmo assim as relações forjadas entre intelectuais brasileiros e franceses moldaram o pensamento destes últimos:

[...] os brasileiros foram parceiros cruciais na reformulação das ciências sociais francesas, começando pela criação das universidades brasileiras e continuando até o período do pós-guerra e além. Pensadores franceses como Lévi-Strauss, Fernand Braudel, Roger Bastide e Pierre Monbeig não apenas leram a obra de seus pares brasileiros, mas, ao lado deles, definiram suas disciplinas, conduziram trabalhos de campo, construíram instituições inovadoras e interdisciplinares e ainda desenvolveram suas teorias (p. 22).

Os esforços de Merkel se inscrevem num movimento mais amplo de deslocar os intelectuais da periferia para o centro da discussão e demonstrar que o trabalho intelectual e seus resultados constituem um empreendimento coletivo inseparável de determinado local e das relações sociais que ali se estabelecem. Ou seja, para o autor, ao longo de um processo de circulação de ideias, trocas e diálogos entre pensadores daqui e do outro lado do Atlântico: “[...] os intelectuais brasileiros passaram de uma posição de dependência quase exclusiva das ciências sociais europeias para outra de influência sobre os intelectuais franceses” (p. 40).

O trabalho de Merkel, nesse sentido, opõe-se a uma postura difusionista que tende

a analisar os intercâmbios intelectuais e científicos numa perspectiva unilateral, uma vez que a América Latina constituiria um mero receptáculo do conhecimento produzido por países europeus e da América do Norte. Ao distanciar-se dessa visão unilateral subjacente às abordagens eurocêntricas e difusionistas, o autor procurou atribuir aos atores brasileiros um grau relevante de agência neste processo de trocas acadêmicas que se iniciou com a fundação da USP, em 1934, e se estendeu até os anos 1960. A influência brasileira, segundo Merkel, foi tão impactante que resultou na reformulação das ciências sociais francesas na medida em que, de acordo com sua análise, as trocas com os brasileiros influenciariam a compreensão de várias temáticas, como o colonialismo, o sincretismo religioso e a economia global no contexto do pensamento francês.

Para demonstrar a importância da experiência brasileira sobre alguns personagens e seu impacto sobre as ciências sociais da França, o autor ampara-se num minucioso trabalho de arquivos, de consultas a cartas pessoais e de projetos institucionais, examinando, num primeiro movimento, a presença e a atuação dos intelectuais franceses que vieram realizar atividades de ensino e pesquisa na recém-fundada Universidade de São Paulo. Esses professores estrangeiros, entre os quais se incluíam filósofos, sociólogos, historiadores, antropólogos, geógrafos, treinaram a primeira geração de acadêmicos brasileiros, cujos resultados não deixaram de impactar as ciências sociais no país. A despeito de vários personagens que circulam nas páginas do livro, seu núcleo gira em torno das figuras de Pierre Monbeig, Roger Bastide, Lévi-Strauss e Fernand Braudel – que amadureceram intelectualmente no Brasil e influenciados marcadamente por sua experiência na USP – e das relações intelectuais e afetivas

que estabeleceram entre eles próprios, bem como com círculos da elite paulistana, com seus estudantes, além do proveitoso intercâmbio que firmaram com determinados intelectuais brasileiros, entre os quais o autor destaca a presença de Caio Prado Júnior, Gilberto Freyre, Mário de Andrade e Arthur Ramos. A vinda desses quatro professores, assim como de tantos outros, foi viabilizada por meio de acordos entre o governo do Brasil, que recrutou os professores e cobriu as despesas de transportes, acomodação e salários, e o Ministério de Relações Exteriores, e operacionalizado pelo Service des Oeuvres Françaises à L'Étranger, que trabalhava para difundir a cultura e as instituições educacionais francesas em várias partes do mundo, procurando ampliar mundo afora sua influência.

Numa leitura apressada, fica a impressão de que a exposição dos argumentos obedece a um movimento que parte de um plano mais geral, aberto, que trata panoramicamente da fundação da USP, vai ajustando o foco ao passar pelas trajetórias e a articulação das redes de sociabilidade dos quatro intelectuais franceses logo acima mencionados, numa espécie de plano médio, até chegar, num *close-up*, à exegese de algumas obras, nacionais e estrangeiras, eleitas como decisivas pelo autor. Todavia, o procedimento argumentativo do autor é mais perspicaz que isso, uma vez que esses planos rebatem uns sobre os outros, influenciando-se mutuamente; destarte, a escrita expressa e realiza a postura metodológica de Merkel, que procura romper com binarismos simplistas e simplificadores, como centro \times periferia, agência \times estrutura, trajetória individual \times história institucional.

Os três planos são organizados em seis capítulos: o primeiro ato mostra como a fundação da USP se articula a um cenário de expansão

econômica, de crescimento no campo das profissões liberais, a movimentos culturais como a Semana de Arte Moderna, sem desconsiderar igualmente a dimensão política de tal evento, como uma reação aos resultados da Revolução Constitucionalista de 1932; isto é, uma vez derrotado, o grupo ligado ao jornal *O Estado de S. Paulo* resolveu investir na formação de novas elites ao invés de se engajar nos conflitos direta e abertamente políticos, recorrendo especialmente às ciências sociais francesas como estratégia visando a produzir quadros profissionais capazes de intervir nos processos sociais a partir de conhecimentos advindos das ciências humanas. Mas Merkel salienta que o pensamento social francês já vinha sendo divulgado em São Paulo desde os anos 1912, quando George Dumas, uma mescla de psicólogo e diplomata, desempenhou um papel importante na América Latina com vistas a difundir a influência francesa. Todo o primeiro capítulo oferece ao leitor uma visão abrangente e sintética da fundação desta universidade, ainda que não contenha elementos originais em sua narrativa.

A crise econômica dos anos 1930 se abateu sobre a academia francesa, criando condições adversas de trabalho na esfera acadêmica e levando muitos intelectuais jovens ao desemprego. Nesse sentido, a viagem ao Brasil para trabalhar na USP mostrava-se como oportunidade sedutora: emprego, recursos para a pesquisa, intensa sociabilidade e possibilidades de ascensão econômica e acadêmica. A segunda missão francesa chegou à USP em 1935 e contava com Lévi-Strauss, Braudel e Monbeig, que exerceram juntos suas atividades acadêmicas até 1938, quando veio Roger Bastide, só depois da partida dos outros três. Todos esses jovens professores contrastavam com os da primeira missão, na medida em que aqueles eram mais

velhos – alguns deles tinham participado da Primeira Guerra Mundial – e já possuíam uma carreira universitária e de pesquisa mais ou menos consolidada. Por outro lado, talvez a grande vantagem desse grupo quando comparado ao da primeira missão, argumenta Merkel, é que, por serem os únicos docentes em suas áreas de conhecimento, usufruíram de grande liberdade para (re)definir o conteúdo de suas disciplinas, inovando-as do ponto de vista teórico e metodológico, insuflando novas perspectivas só possíveis a partir, muitas vezes, da pesquisa empírica realizada no Brasil.

Merkel aborda com detalhes a vinda desses professores, sua inserção na cidade de São Paulo e as relações sociais que travaram com círculos das elites artística, acadêmica, política e econômica paulistanas, permitindo-lhes o acúmulo de capital social e cultural. Analisa também como esse grupo se uniu em tal empreendimento intelectual, afastando-se da tradição teórica e mais filosofante de Durkheim e orientando suas pesquisas a partir de um viés mais antropológico, privilegiando, de modo combinado, questões culturais, históricas e geográficas, praticando e desenvolvendo, assim, um trabalho mais interdisciplinar. A reconfiguração teórica e metodológica que os professores da segunda missão operaram em suas disciplinas, em larga medida, expõe o autor, foi motivada pela necessidade de adaptar seus procedimentos de pesquisa diante de uma nova realidade social, política, econômica e cultural.

Merkel, em todo este capítulo, contrapõe-se à postura historiográfica mais ortodoxa que priorizou o envolvimento individual de cada um desses acadêmicos na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, ressaltando que Monbeig, Bastide, Lévi-Strauss e Braudel desenvolveram suas atividades enquanto um grupo dinâmico, assumindo como pressuposto

analítico que o trabalho intelectual constitui um empreendimento coletivo.

Parte importante das trajetórias desses intelectuais é marcada por suas viagens pelo interior do Brasil, que afetam de forma crucial o desenvolvimento de seus trabalhos. O livro destaca que tais docentes aprenderam muito sobre o país em suas diversas viagens, durante as quais coletaram material para suas pesquisas; mas, ao mesmo tempo, utilizaram também a cidade de São Paulo como outro tipo de laboratório, na medida em que a cidade propiciava a eclosão de fenômenos de interesse das ciências sociais, como sua expansão territorial, o crescimento de migração interna e internacional para suprir a mão de obra para o acelerado e intenso processo de industrialização, ensejando, assim, uma trama complexa de relações sociais.

Nos capítulos 3 e 4 do livro, o autor começa a desenvolver o enganche entre o segundo e o terceiro planos de sua argumentação, que consistem, respectivamente, lembremos, nas trajetórias intelectuais dos docentes-futuros pesquisadores franceses e suas interações sociais estabelecidas em solo nacional e a leitura mais cerrada de algumas obras. Nesse momento, a nosso ver o ponto mais alto do livro, Merkel analisa a obra de maturidade de Monbeig, Lévi-Strauss, Braudel e Bastide, ressaltando seus diálogos com intelectuais brasileiros, especialmente, mas não exclusivamente, com Caio Prado Júnior e Gilberto Freyre.

Durante a Segunda Guerra, Braudel ficara confinado em um campo de detenção de oficiais, enquanto Lévi-Strauss esteve em Nova York, no Centro de América Latina da New School of Social Research. Na medida em que Monbeig e Bastide permaneceram no Brasil no decorrer do conflito mundial, seus laços intelectuais e profissionais com o país

tornaram-se mais densos quando comparados com os outros dois acadêmicos franceses.

Monbeig viajou por várias regiões do país, como Mato Grosso, Goiás, Paraná, Santa Catarina e Ceará. Seu principal interesse recaiu em analisar o processo de expansão paulista, concentrando a atenção principalmente nos aspectos da geografia humana mais do que nas paisagens naturais. Seus trabalhos principais de campo foram realizados em Barão de Antonia e em Marília, mas estendeu também suas investigações para outros povoados e cidades paulistas. Usufruindo de sua proximidade social com membros da elite produtora de café, pôde visitar diversas fazendas no estado de São Paulo e teve oportunidade de consultar arquivos de tais propriedades sobre sua contabilidade, bem como examinar documentos a respeito de transportes de mercadorias, o que lhe permitiu compreender determinados aspectos do processo econômico da expansão paulista. Foi a partir dessas experiências que publicou seu trabalho *Pioneiros e fazendeiros em São Paulo*. Ao mesmo tempo, utilizou as bibliotecas de São Paulo para consultar obras de geografia que estavam sendo produzidas na França, Inglaterra, Estados Unidos e Alemanha, incorporando também trabalhos de geógrafos americanos que realizaram investigações em cidades em Ohio, Michigan e Nova York. Ao se interessar pelos trabalhos da escola sociológica de Chicago, estabeleceu trocas acadêmicas com Emilio Willems e Donald Pierson, docentes da Escola Livre de Sociologia e Política. Ao mesmo tempo, manteve contatos com seus alunos e com intelectuais brasileiros, como Gilberto Freyre, Eurípedes Simões, Caio Prado Júnior e outros.

Dentre os quatro docentes, Bastide se distinguiu por seu empenho em se integrar à cultura brasileira recorrendo a leituras sobre lite-

ratura, poesia, sociologia e folclore brasileiros, conhecendo o trabalho de Câmara Cascudo. Mesclando elementos da escola sociológica de Chicago e a abordagem *durkheimiana*, o trabalho de campo de Bastide sobre as macumbas em São Paulo e as religiões africanas no Nordeste, marcadamente os candomblés da Bahia e com o xangô do Recife, tiveram início em 1943. A questão do sincretismo e suas representações da psicologia afrobrasileira conduziram-no a estabelecer um diálogo entre a sociologia e a psicanálise, que passou a ocupar uma posição central em seus trabalhos, tal como aparece em sua publicação *Imagens do Nordeste místico em branco e preto*. Recorreu à psicanálise visando a compreender os afrobrasileiros não como objeto para juristas, médicos ou antropólogos, mas como sujeitos de sua própria realidade. Essa abordagem aparece no trabalho em coautoria com seu aluno Florestan Fernandes, *Relações raciais entre negros e brancos em São Paulo*. Embora Bastide tivesse estabelecido contato com os trabalhos de Arthur Ramos e de Gilberto Freyre, não demonstra concretamente as influências teóricas e metodológicas e/ou temáticas desses dois autores em seu empreendimento intelectual e em sua obra sociológica.

Ao contrário de Monbeig e Bastide, Braudel e Lévi-Strauss ficaram menos tempo no Brasil e realizaram obras que foram consagradas mundialmente em suas respectivas áreas de conhecimento. Conforme foi assinalado, Braudel, como oficial, ficou preso em um campo de detenção nazista; no entanto, tinha acesso a bibliotecas alemãs em Lubeck e Mainz, além de permissão para receber materiais de fora, inclusive livros que foram enviados pelo seu orientador, Lucien Lebre. Durante esse período, Braudel se correspondeu regularmente com seu orientador e escreveu parte de sua tese, *O Mediterrâneo e mundo mediterrâneo na época*

de Filipe II. Ao contrário de Monbeig e Bastide, ele nunca manifestou interesse vivo em estudar detidamente o Brasil, tanto assim que trouxe durante sua viagem transatlântica uma massa de documentos, majoritariamente de fontes europeias, para a realização de sua pesquisa, o que de fato ocupou sua atenção e seu tempo durante toda a sua estadia em terras brasileiras.

Embora o próprio Merkel tenha apontado certo desinteresse de Braudel pelo Brasil, ainda assim, de forma rápida e genérica, em um único parágrafo, no início da página 218, procura mostrar a influência que Gilberto Freyre teria exercido sobre o historiador francês, sem bases documentais consistentes ou mesmo uma argumentação mais bem fundamentada. O autor admite que a resenha de Braudel, intitulada *À travers un continent d'histoire: Le Brésil et l'oeuvre de Gilberto Freyre*, “sugere” – a expressão é de Merkel – a importância de Freyre para o pensamento de Braudel em vários aspectos, como a formação do mundo Atlântico descolado do Mediterrâneo a partir do aumento do comércio transoceânico, o enquadramento metodológico de Freyre e, finalmente, a utopia freyreana do Novo Mundo em oposição às experiências de discriminação social e racial observadas por Braudel no norte da África e na porção da Europa ocupados pelos nazistas.

Enquanto Monbeig, Bastide e Braudel continuaram mantendo durante a guerra diferentes formas de contato, e em níveis de intensidade desiguais, com as ciências sociais brasileiras, Lévi-Strauss passou a maior parte do seu tempo na Biblioteca Pública de Nova York, lendo antropólogos norte-americanos desconhecidos por parte da comunidade científica francesa. Como parte importante da experiência norte-americana de Lévi-Strauss, Merkel sublinha sua participação no *Handbook Of South American Indians*, que formalizou

sua entrada em uma ampla rede de interações com antropólogos que incluía Alfred Koeber, Robert Lowie, Ralph Linton, Ruth Benedict e Margareth Mead. Essa rede de relações e a leitura cuidadosa de cerca de 1500 livros e artigos durante sua estadia em Nova York tiveram um impacto significativo em seu pensamento, muito maior que a de cientistas sociais brasileiros, completamente ausentes em sua obra.

Principalmente nesses capítulos fica clara a importância do Brasil enquanto laboratório e terreno de trabalho de campo, especialmente para Monbeig, Bastide e Lévi-Strauss, que, junto com sua esposa, percorreu, entre novembro de 1935 e março de 1936, 1500 quilômetros, encontrando os povos kadiwéu e os bororo. O resultado de tal viagem é a etnografia *Contribuição para o estudo da organização social dos índios Bororo*, no qual abordou sua organização econômica, os códigos que estruturavam o clã, a linguagem e o casamento, marcando a transformação do *agregé* em filosofia em um respeitável antropólogo internacional. A concretização da viagem do casal deve muito à mediação da antropóloga Heloísa Alberto Torres, vice-diretora do Museu Nacional junto ao governo federal, para destravar os impedimentos burocráticos, e às iniciativas de Mário de Andrade, que intermediou os recursos econômicos e logísticos da expedição, auxílios sem os quais sua pesquisa jamais teria sido realizada.

Se, por um lado, Merkel consegue demonstrar que o Brasil se apresentou como uma terra de oportunidades acadêmico-profissionais para os intelectuais franceses, oferecendo recursos humanos e econômicos para suas pesquisas, como um campo rico em experiências que constituíram uma verdadeira “lição de método” a ponto de permitir e inspirar a construção de novos paradigmas (Massi, 1989, pp.

433-434), por outro, no entanto, não consegue sustentar empiricamente a influência de pensadores brasileiros na produção dos trabalhos realizados por eles. O autor, nesse sentido, parece confundir a importância incontestável da experiência brasileira vivida por esses intelectuais franceses e a real presença das ideias nacionais em sua obra. Foram os estudos de Lévi-Strauss no Brasil, por exemplo, que lhe permitiram, de acordo com Merkel, relativizar a própria centralidade do Ocidente e forjar uma crítica contundente ao eurocentrismo.

Não é por mero acaso que concede um capítulo inteiro a Gilberto Freyre no esforço de comprovar que teria sido, entre os brasileiros, aquele que teria exercido maior influência intelectual sobre os franceses: “[...] Freyre suscitou o interesse de cientistas sociais franceses que procuravam superar o antagonismo crescente entre colonizadores e colonizados” (Merkel, 2023, p. 284). Segundo o autor, vários intelectuais franceses abraçaram a tese da miscigenação para, em parte, denunciar o racismo, mas também para enfraquecer os movimentos de independência nas colônias; ou seja, a obra de Freyre, sob a óptica francesa, mostrava ser possível encontrar uma convivência racial pacífica e harmônica, a proporcionar, portanto, uma saída ao crescimento do nacionalismo étnico e da luta anticolonial. Promovia-se, em tal ambiente, um encontro entre as teses de Freyre e Febvre, para quem a França “sempre havia sido uma civilização miscigenada” (*Idem*, p. 293).

Como o interesse pela obra de Gilberto Freyre se dá justamente num momento de descolonização, podemos supor que não é o valor heurístico por si mesmo das ideias e teses freyreanas que seduzem os cientistas sociais franceses, mas é a possibilidade de um uso programático, político e interessado de tais ideias e teses que torna fértil a recepção do

intelectual brasileiro no ambiente francês da década de 1950. Merkel não nos oferece provas mais contundentes da influência propriamente intelectual de Freyre, o que poderia ter realizado se retomasse e aprofundasse, por exemplo, os argumentos de Jacques Leenhardt (2006) segundo os quais a consagração do brasileiro não pode se resumir ao contexto político, ainda que importante, mas é necessário considerar igualmente o contexto acadêmico francês da época, que via em Freyre um modelo de pensamento heterodoxo, que não se deixava enclausurar pelas fronteiras disciplinares e cuja escrita expressava a mesma rebeldia ao aproximar as ciências sociais da literatura.

O livro de Merkel se apresenta como diagnóstico de um processo de apagamento dos intelectuais brasileiros que teria escapado tanto à história intelectual da França quanto do Brasil, e propõe-se, portanto, a recuperar tal protagonismo esquecido no sistema de trocas estudado, operando uma subversão das lógicas tradicionais de poder e questionando a unilateralidade dos sistemas de trocas intelectuais transnacionais. No entanto, nos parece que o autor, ao longo de todo o livro, apresenta certa dificuldade em demonstrar empiricamente a capacidade de agência dos brasileiros sobre os franceses. Logo, a incorporação das ideias dos autores brasileiros pelos franceses parece mais sugerida que comprovada. Como já apontamos aqui, a análise de Merkel não consegue distinguir os efeitos da experiência brasileira sobre a produção dos intelectuais franceses que para cá vieram da influência dos intelectuais brasileiros sobre essa produção, tomando esta por aquela.

Tal confusão produz algum ruído nas considerações finais do autor. Se Merkel tem razão em afirmar que as universidades brasileiras foram se tornando cada vez mais autônomas em relação às francesas, uma vez que a

USP começa a diplomar os nossos primeiros cientistas sociais; em virtude da influência da sociologia norte-americana no meio acadêmico nacional a partir da Escola Livre de Sociologia e Política, criada em São Paulo em maio de 1933¹; e porque, ao longo do processo de formação das ciências sociais brasileiras, os nossos intelectuais desenvolveram seu próprio estilo de pesquisa, libertando-se dos modelos teórico-metodológicos franceses, parece-nos, entretanto, arriscado aceitar que os “termos de troca” entre os dois países, ao menos no campo das ciências sociais, tornou-se mais igualitário no período pós-guerra.

Os dados à disposição, de modo geral, apontam o contrário: ainda há um número elevado de estudantes brasileiros e brasileiras que vão estudar na França, como, aliás, admite contraditoriamente o próprio autor, sem ocorrer o mesmo em sentido inverso; e, ademais, os fluxos de tradução do mercado editorial na área de ciências sociais ainda apontam o lugar periférico ocupado pelo Brasil em relação (não só) à França, o qual se comporta de modo muito mais significativo como importador que exportador de livros no campo das ciências humanas e sociais (Reuillard, 2023). Portanto, a desigualdade entre centro e periferia permanece e é repostada constantemente em novos termos, de modo avesso ao que o autor procurou argumentar.

O livro de Merkel apresenta, evidentemente, muitas virtudes que tornam a sua leitura obrigatória para quem estuda história e sociologia intelectuais: é fartamente documentado, estruturado sagazmente e muito bem escrito, tornando a leitura de suas 338 páginas bastante prazerosa. E as lacunas do seu trabalho não deixam de ser um convite instigante e atraente para prosseguirmos sua pesquisa.

Referências Bibliográficas

- LEENHARDT, Jacques. (2006), “A consagração na França de um pensamento heterodoxo”. In: DIMAS, Antonio; LEENHARDT, Jacques & PESAVENTO, Sandra (orgs.). *Reinventar o Brasil. Gilberto Freyre entre história e ficção*. Porto Alegre, Ed. UFRGS; São Paulo, Edusp.
- LIMONGI, Fernando. (1989), “A Escola Livre de Sociologia e Política em São Paulo”. In: MICELI, Sergio (org.). *História das ciências sociais no Brasil*. São Paulo, Edições Vértice/Idesp, vol. 1, pp. 217-233.
- MASSI, Fernanda. (1989), “Franceses e norte-americanos nas ciências sociais brasileiras (1930-1960)”. In: MICELI, Sergio. (org.). *História das ciências sociais no Brasil*. São Paulo, Edições Vértice/Idesp, vol. 1, pp. 410-460.
- MERKEL, Ian. (2023), *Termos de troca. Intelectuais brasileiros e as ciências sociais francesas*. São Paulo, Edusp.
- REUILLARD, Patrícia Chittoni Ramos. (2023), “Fluxos de tradução entre Brasil e França em ciências humanas e sociais: estudo exploratório”. *Sociologias*, 25: 1-31. Disponível em <https://doi.org/10.1590/18070337-129371>.

deria deles ter se apropriado e arriscado outras e novas direções interpretativas.

Texto recebido em 10/10/2024 e aprovado em 31/10/2024.

DOI: 10.11606/0103-2070.ts.2025.230439.



Nota

1. Para aquilatar com maior rigor tanto a influência dos intelectuais franceses sobre a formação das ciências sociais brasileiras quanto a sua relativa diminuição, conviria compará-la com a presença norte-americana no meio acadêmico nacional e sua irradiação a partir da Escola Livre de Sociologia e Política, bem como a importância de Donald Pierson e da Escola de Chicago na constituição da assinatura sociológica muito particular daquele que foi o mais talentoso intelectual de sua geração (e, quiçá, de todas as demais gerações vindouras), Florestan Fernandes. Como esse trabalho já foi realizado, respectivamente, por Fernanda Massi (1989) e Fernando Limongi (1989), Ian Merkel po-